

A CONTRIBUIÇÃO DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA A GESTÃO DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Eliana Aparecida De Simone¹

Carlos Adriano Campana²

RESUMO

O presente trabalho aborda os aspectos das entidades do terceiro setor e a importância das Análises das Demonstrações contábeis como ferramenta de gestão financeira para a administração dos recursos públicos e privados recebidos. O terceiro setor é formado por entidades sem fins lucrativos que possuem uma expressiva representatividade na economia brasileira, estas entidades são grandes aliadas do setor público, pois prestam relevantes serviços às comunidades mais carentes. As entidades do terceiro setor sobrevivem de doações da sociedade privada e de auxílios e subvenções do poder público e, muitas destas entidades, não possuem recursos financeiros para investir em modernas ferramentas de gestão para nortear as tomadas de decisão. Diante disto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a utilização da contabilidade e da análise das demonstrações contábeis como ferramenta de gestão financeira, controle, análise e demonstração das informações pelas entidades do terceiro setor. Os relatórios contábeis, além de atender as exigências legais, também podem ser utilizados para análise das origens e aplicações dos recursos financeiros, bem como demonstrar aos órgãos públicos os dados quantitativos, qualitativos e monetários desempenhados pela entidade em determinado período. A metodologia utilizada neste trabalho foi pesquisa bibliográfica baseada no estudo e pesquisa na legislação vigente, livros e artigos. Com esse estudo foi possível concluir que a contabilidade possui todas as ferramentas e dispositivos técnicos para ser utilizada como ferramenta de gestão e atender as necessidades da Entidade para tomada de decisão.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Análise das Demonstrações Contábeis. Gestão Financeira.

INTRODUÇÃO

O Terceiro setor é formado por Organizações de interesse público, mantidas pelo poder público, denominado primeiro setor e pela iniciativa privada, classificadas como segundo setor, não possuindo a finalidade de distribuição de lucros. As entidades do terceiro setor, são as organizações que embora prestem serviços públicos, produzem e comercializam bens e serviços, não são estatais, nem visam o lucro financeiro com os empreendimentos efetivados e o principal objetivo é o bem-estar social.

¹ Discente do curso de pós-graduação lato sensu em Controladoria.

² Docente do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis – Faculdade Futura, Votuporanga-SP

Para sobreviver, estas Entidades necessitam de doações recebidas do setor privado e dos convênios firmados com os Órgãos Públicos, além do recebimento de recursos públicos através de verbas e subvenções. Atualmente o Brasil possui milhares de Organizações classificadas como integrantes do terceiro setor, de acordo com o IBGE, em 2015, estas Entidades representavam uma participação oficial de 1,4% na formação do Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB), o que significa um montante de aproximadamente 32 bilhões de reais. Dentro deste contexto é necessário que as Entidades do Terceiro setor tenham eficientes mecanismos de gestão financeira, para que possam conhecer as suas próprias dificuldades, custos, preços de serviços além das despesas administrativas e financeiras no momento de negociação e prestação de contas. As entidades filantrópicas muitas vezes não possuem condições financeiras para investir em software de gestão, trabalhando geralmente com suposições e assim encontrando dificuldades em elaborar propostas adequadas no momento da finalização do convênio ou parceria com o Estado.

A contabilidade gerencial e a análise das demonstrações contábeis podem ser consideradas excelentes ferramentas de gestão para estas entidades, pois através das técnicas e procedimentos contábeis, relacionados com avaliação financeira da empresa, controle de custos, além das análises de processos e elaboração de orçamentos e planejamentos, podem proporcionar ao gestor da entidade, informações para serem utilizadas no momento da negociação com o poder público bem como na finalização do processo, prestando contas a sociedade, demonstrando com transparência, a utilização dos recursos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Organizações do terceiro setor

Para Almeida e Espejo (2012), o primeiro setor é o governo, cujas suas ações são limitadas e reguladas por leis, decretos e deliberações o que possibilita que suas ações sejam previsíveis a toda a sociedade. O segundo setor é composto pelas entidades com finalidade de lucro que tem a liberdade de escolher quando, quanto e onde comprar ou contratar serviços. Os autores destacam ainda que o terceiro setor é representado pelas organizações sem fins lucrativos, cuja característica principal é não visar lucro, estas entidades complementam as atividades públicas, visando o bem comum da população e contribuindo para amenizar os problemas sociais existentes. Suas atividades não visam lucros, mas tem o objetivo de atender as necessidades coletivas e públicas.

As Organizações do terceiro setor tem uma grande participação na economia brasileira, pois de acordo com os dados divulgados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), no ano de 2010, no Brasil havia 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, distribuídas da seguinte forma: 28,5% em Entidades religiosas, 15,5% em Associações patronais e profissionais, 14,6% das organizações são relacionadas ao desenvolvimento e defesa de direitos e 18,6% distribuídos nas áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social (políticas governamentais). Estas organizações empregavam, em 2010, um contingente de 2,1 milhões de pessoas, registradas como trabalhadores assalariados e cerca de 2 milhões de voluntários trabalhando nesse setor. Outro dado do IBGE que merece destaque é que em 2015, as Entidades do terceiro setor representavam uma participação oficial de 1,4% na formação do Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB), significando um montante de aproximadamente 32 bilhões de reais, sendo que, 15 milhões de brasileiros efetuaram doações de recursos para as entidades do terceiro setor.

Gestão das Entidades do Terceiro Setor

Para que a entidade sem fins lucrativos possa atender todas as exigências legais, bem como demonstrar transparência na utilização dos recursos financeiros e continuar sendo digna da credibilidade junto à sociedade em que está inserida, deve ter eficientes ferramentas de gestão para que possa gerenciar as informações necessárias à elaboração das prestações de contas, demonstrando com transparência, todos os serviços prestados e a quantidade de população atendida de forma qualitativa e quantitativa.

Para Matos (2005), as organizações que compõem o Terceiro Setor são diferentes das entidades do setor público e empresarial, elas têm uma lógica própria que é sobreviver de recursos angariados do setor público e do setor privado. Todas as empresas fornecem bens e serviços, mas no caso das entidades do terceiro setor, produto é um ser humano, é a cura de um paciente, o aprendizado de uma criança, a transformação de um jovem em adulto, ou seja, a transformação de toda uma vida. Estas entidades tem o propósito de cooperar para a promoção da dignidade humana e a redução das desigualdades. Por trabalhar com recursos financeiros geralmente escassos, os controles gerenciais, financeiros e de desempenho precisam ser precisos como o de qualquer outra empresa, para que possa haver uma gestão eficiente dos recursos recebidos e dos serviços prestados.

O grande problema é que a maioria destas entidades não tem recursos financeiros e

profissionais para a implantação de um sistema de gestão. Diante disto, Lima e Freitag (2014), afirmam que a contabilidade e suas ferramentas de análises são importantes ferramentas para controlar e gerenciar os escassos recursos das entidades do terceiro setor.

Contabilidade do terceiro setor

A contabilidade é instrumento utilizado para fornecer o máximo de informações, que não deve ser feita visando somente a atender o fisco, mas sim de forma a auxiliar nas tomadas de decisões dentro e fora das empresas (MARION, 2010).

Marques (2013) destaca que o objeto da contabilidade são os bens, direitos e obrigações da entidade econômica / administrativa e tem como objetivo gerar informações para os diversos usuários da contabilidade, para que possam tomar conhecimento da situação da entidade em um determinado momento, para a tomada de decisões necessárias.

Para que seja possível atingir o principal objetivo, a escrituração contábil deve ser elaborada conforme as normas e legislações vigentes que disciplinam a contabilidade. A ITG (R1) 2002 - Instrução Técnica Geral (2015) trata da contabilização dos fatos ocorridos nas Entidades sem Finalidade de Lucros e preconiza que os relatórios contábeis obrigatórios que devem ser elaborados pela Entidade sem Finalidade de Lucros são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas.

É importante destacar que as demonstrações contábeis das Entidades sem fins lucrativos apresentam algumas terminologias específicas que diferem das entidades econômicas de mercado. Essas terminologias serão enfatizadas quando da apresentação de cada demonstração contábil específica.

Pela particularidade e relevância dos dados e das informações do terceiro setor, o Conselho Federal de Contabilidade publicou em 25 de novembro de 2010, a Resolução CFC n. 1305/2010 que aprovou a Norma Técnica NBC TG 07, para estabelecer critérios a serem aplicados na contabilização e na divulgação de subvenção governamental e na divulgação de outras formas de assistência governamental.

O Conselho Federal de Contabilidade publicou também a ITG (R1) - Instrução Normativa Geral 2002 (2015), para estabelecer critérios e procedimento específicos de avaliação dos registros de dados e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas que deverão ser divulgadas nas notas explicativas das entidades sem fins lucrativos.

A ITG (R1) 2002 (2015), determina que os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas, com ou sem gratuidade, superávit ou déficit, de forma segregada, sendo possível identificá-las por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social e demais atividades. As receitas e as despesas decorrentes da atividade da entidade devem ser reconhecidas, mensalmente, respeitando o regime contábil de competência e as receitas provenientes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção através de convênios, editais, contratos, termos de parcerias e outros instrumentos, para aplicação específica, e as respectivas despesas devem ser registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade, de forma que seja possível a apuração das informações para prestação de contas exigidas por entidades governamentais, aportadores, reguladores e usuários em geral. A subvenção governamental sempre necessita cumprir obrigações específicas, sendo assim só poderá ser reconhecida como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação. Enquanto os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado não forem atendidos, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo (NBC TG 07, 2013).

Análise das demonstrações contábeis

A análise das demonstrações contábeis, também chamada de análise de balanço ou análise das demonstrações financeiras, surgiu dentro do sistema bancário governamental, que tinha interesses na situação econômico-financeira das empresas tomadoras de financiamentos (MARION, 2010).

Padoveze e Benedicto (2011) definem a análise das demonstrações contábeis como um processo analítico dos números apresentados por uma entidade, com a finalidade de avaliar a situação econômica, financeira, operacional e de rentabilidade e destacam que o objetivo desta análise é extrair dados das demonstrações contábeis para utilização no processo de tomada de decisão das empresas.

Para Marques, Junior e Kuhl (2008), para qualquer organização ou negócio, independente do porte, a análise financeira é essencial para avaliar o desempenho de cada período, bem como sua evolução ao longo de um determinado período.

“A Análise das Demonstrações Contábeis é uma forma de transformar dados em informações úteis à tomada de decisão”. (PEREZ JUNIOR e BEGALLI, 2009, p. 239)

Análise de Estrutura e Análise de Evolução

Marion (2010) destaca que a análise das demonstrações é feita através da análise vertical e horizontal, de indicadores econômicos e financeiros e também através ROI – *Return on investment*. Marques, Carneiro Junior e Kuhl (2008), destacam que:

Por sua vez, a análise vertical consiste em atribuir a uma conta, ou grupo de elementos, o percentual de 100%, para daí extrair a participação relativa de cada item que o integra. Por exemplo, caso se considere o ativo total de 100%, pode-se descobrir que o imobilizado representou cerca de 65% daquele total, ao passo que o ativo circulante apenas 5%, ambos no mesmo exercício social. As variações acontecidas para os anos seguintes permitiriam ao analista vislumbrar as estratégias passadas e presentes, adotadas pela organização.

Para efetuar o cálculo da análise vertical no balanço patrimonial, apura-se o percentual relativo a cada item do demonstrativo da seguinte forma:

$$\frac{\text{Conta ou grupo de conta}}{\text{Ativo Total ou Passivo total}} \times 100$$

Na DRE – Demonstrativo do Resultado do Exercício, apura-se o percentual relativo a cada item do demonstrativo da seguinte forma:

$$\frac{\text{Conta}}{\text{Receita líquida de venda}} \times 100$$

De acordo com Azollin (2012), a análise horizontal, também conhecida como análise de evolução ou método de percentagens horizontais, verifica a evolução, através do tempo, dos diversos itens que compõe as demonstrações financeiras. Através dela é possível avaliar o crescimento ou a diminuição dos componentes das demonstrações através de uma série histórica.

O objetivo da análise horizontal é apresentar o aumento ou diminuição ocorrida em itens que compõe a demonstração contábil em períodos consecutivos, compara os percentuais ao longo dos períodos. (BLATT, 2001).

Para Perez Junior e Begalli (2009):

A avaliação das modificações das contas poderá ser realizada através da comparação com:

- Variações históricas da própria empresa;
- Taxas de crescimento da economia;
- Taxas de crescimento do setor ao qual pertence a empresa;
- Taxa de variação da inflação oficial; e

- Variação das contas idênticas das demonstrações contábeis de concorrentes próximos.

O cálculo da análise horizontal no balanço patrimonial e na DRE – demonstração do resultado do exercício é elaborado da seguinte forma:

$$\left\{ \left[\frac{\text{Valor atual da conta}}{\text{Valor da conta no período anterior}} - 1 \right] \right\} \times 100$$

Análise por indicadores econômico-financeiros

Perez Junior e Begalli (2009) entendem que a análise de índice econômico-financeiro é um dos principais instrumentos de avaliação de certos aspectos de desempenho da empresa. Ainda, segundo os autores, índice é a relação entre as contas ou grupo de contas das demonstrações contábeis que tem por finalidade demonstrar a situação econômica ou financeira da empresa.

Para Padoveze e Benedicto (2010), não há limites para a criação de indicadores e recomendam que não haja uma quantidade muito grande de indicadores, pois o excesso pode prejudicar a análise, recomendam algo em torno de 10 e 20 indicadores. Ainda segundo os autores, os indicadores podem ser segmentados através dos índices de liquidez ou solvência, de estrutura e endividamento, de atividades, de Margem e rentabilidade e de preços e retorno da ação.

Os índices de liquidez são usados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, ou seja, se a empresa tem condições de saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada considerando o longo prazo, curto prazo ou prazo imediato. Quanto maior o índice, melhor (MARION, 2010).

Os índices de estrutura e endividamento indicam o nível de participação do capital de terceiros na atividade da empresa. Quanto maior o grau de participação de capital de terceiros maior o nível de endividamento. A análise destes índices visa avaliar a estratégia utilizada pela empresa para captação de recursos e alguns de seus direcionamentos. De modo geral, quanto maior o índice, pior, porque significa que a empresa depende mais de capitais de terceiros do que dos seus próprios capitais. (PEREZ JUNIOR e BEGALLI, 2009).

Perez Junior e Begalli (2009), diz ainda que os indicadores de atividades permitem analisar aspectos do capital de giro da empresa através do ciclo financeiro que demonstra o

prazo médio de recebimento, prazo médio de pagamento e o prazo médio de renovação dos estoques.

Para as entidades do terceiro setor, por sobreviverem de doações e recursos públicos, esta avaliação é um pouco diferente, diante disto, Cruz *et al* (2009), dizem que a análise de atividade do terceiro setor tem relação direta com as principais funções da organização, e deve ter como finalidade evidenciar a dinâmica operacional da instituição, em seus principais aspectos, refletida nas demonstrações contábeis e nos controles gerenciais. Na análise, a entidade deve alocar todo e qualquer indicador específico para a instituição e a sua realidade de atuação. Ainda segundo os autores, as entidades do terceiro setor podem utilizar os seguintes índices para analisar os indicadores de atividades:

- **Índices de doação de Pessoas físicas:** este indicador permite identificar o percentual de doações que a entidade recebeu de pessoas físicas, relacionando o valor de doações de pessoas físicas com o total de doações recebidas no período

$$\text{IDPF} = \frac{\text{Doações de pessoas físicas}}{\text{Total de doações}}$$

- **Índices de doação de Pessoas jurídicas:** através deste índice é possível identificar o percentual de doações que a entidade recebeu de pessoas jurídicas, relacionando o valor de doações de pessoas físicas com o total de doações recebidas no período.

$$\text{IDPJ} = \frac{\text{Doações de pessoas jurídicas}}{\text{Total de doações}}$$

- **Índice de aplicação em projetos sociais:** este índice tem a finalidade de tema finalidade de identificar o percentual da receita destinada efetivamente aos projetos sociais da entidade, sendo possível conhecer o percentual de cada projeto possibilitando a entidade avaliar e destinar os recursos para cada projeto.

$$\text{IAPS} = \frac{\text{Total de aplicações em projetos}}{\text{Receita operacional Bruta}}$$

Receita operacional Bruta

- **Índices de gastos administrativos:** este indicador permite identificar o percentual da receita da entidade destinada aos gastos administrativos, ou seja, gastos da estrutura da instituição, não tendo relação direta com o desenvolvimento de projetos voltados ao objetivo-fim da instituição.

$$\text{IGA} = \frac{\text{Despesas Administrativas}}{\text{Receita Operacional Bruta}}$$

- **Investimento unitário por projeto:** indicador importante para avaliar o quanto a entidade aplica unitariamente em cada projeto social, auxiliando na mensuração dos gastos de cada projeto.

$$\text{IUP} = \frac{\text{Gasto total do projeto}}{\text{Quantidade de pessoas atendidas}}$$

O universo da análise de atividades é extenso para o segmento do terceiro setor e a entidade deve elaborar os índices e métodos que atendam às necessidades da administração, buscando evidenciar a realidade da entidade para auxiliar na tomada de decisão buscando a redução de custos sem diminuir a qualidade dos serviços prestados bem como encontrar novas fontes de recursos para a manutenção dos serviços provenientes da sua finalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente as Organizações do terceiro setor tem uma grande representatividade na economia brasileira através da sua capacidade de auxiliar o estado na prestação de serviços públicos, gerando empregos e contribuindo com o bem-estar social. Estas instituições são diferentes das entidades do primeiro e do segundo setor, uma vez que possuem características próprias em razão da sua constituição jurídica.

Os seus recursos são provenientes de doações, convênios e parcerias cujos valores são aplicados integralmente nos projetos sociais. Diante disto é indispensável que estas Instituições tenham um bom sistema de gestão que possua a capacidade de demonstrar as informações de forma segregada, porém, por sobreviver exclusivamente de recursos angariados do primeiro e do segundo setor, nem sempre estas organizações têm condições financeiras para investir em um bom sistema de gestão, ocasionando com isto, dificuldades para elaborar os projetos,

calcular os custos do projeto e ter informações financeiras fundamentadas para buscar os recursos financeiros necessários e depois fazer a prestação de contas, da utilização do recurso, de forma segregada e transparente.

Diante disto o presente trabalho teve como objetivo expor a importância dos registros contábeis e análise destes dados como ferramenta de gestão para que as entidades do terceiro setor possam ter controle dos recursos financeiros, fazer a análise econômico-financeira. As Organizações do terceiro setor podem utilizar as demonstrações contábeis para demonstrar as origens e as aplicações dos recursos, bem como todos os bens, direitos e obrigações da entidade, bem como apresentar, de forma segregada, todas as receitas e despesas ocorridas no período. Através da Demonstração de Fluxo de Caixa, podem avaliar todas as entradas e saídas de recursos, dividido em atividade operacional, atividade de financiamento e atividade de investimento, demonstrando a eficiência ou não da entidade em controlar os prazos de recebimentos e prazos de pagamentos, para que não ocorra a falta recursos financeiros.

Após a elaboração das demonstrações contábeis, realizar a análise dessas informações é muito importante para tomada de decisão por parte da administração da organização, portanto é recomendável que, periodicamente a administração da entidade esteja elaborando e avaliando os índices apresentados para conhecer a situação econômico-financeira e tomar as medidas necessárias para a sobrevivência e melhoria da entidade.

Diante dos pontos abordados nesta revisão bibliográfica, conclui-se que a contabilidade juntamente com a análise das demonstrações contábeis, quando bem utilizadas, são eficientes ferramentas de gestão e controle para auxiliar as entidades do Terceiro Setor na gestão administrativa e financeira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Veronica Eberle de. ESPEJO, Robert Armando. **Contabilidade no terceiro setor**. Editora IESDE, Curitiba, 2012.

ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro de. **Terceiro Setor: História e Gestão das Organizações**. Editora Summus, São Paulo, 2006.

AZZOLIN, José Laudelino. **Análise das demonstrações contábeis**. Editora IESDE, Curitiba, 2012.

BLATT, Adriano. **Análise de Balanços**. Estrutura e Avaliação das Demonstrações Financeiras e Contábeis. Editora Makron Books, São Paulo, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1)**. Altera a ITG 2002 que trata de entidades sem finalidade de lucros. Brasília, ago. 2015. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/ITG2002\(R1\)earquivo=ITG2002\(R1\).doc](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/ITG2002(R1)earquivo=ITG2002(R1).doc)>. Acesso em 01 fev. 2016.

_____. **Resolução 1.305: NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais**. Brasília, dez. 2.010. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2010/001305earquivo=Res_1305.doc>. Acesso em 25 fev. 2016.

CRUZ, June Alisson Westarb. *et al.* Revista Brasileira de Estratégia. **Avaliação de desempenho no terceiro setor: uma abordagem teórica de strategic accounts** Curitiba, v. 2, n. 1, p. 11-26, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/REBRAE/article/download/13412/12827>. Acesso em 18 set. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As Fundações Privadas e as Associações sem fins lucrativos no Brasil – 2010**. IBGE – Brasília, 2010.
LIMA, Gudrian M. Loureiro de. FREITAG, Viviane da Costa. **Contabilidade para entidade sem fins lucrativos: Teoria e Prática**. Editora Intersaberes – 1ª Edição Curitiba, Paraná, 2014.

MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; CARNEIRO JUNIOR, João Bosco Arbués; KUHL, Carlos Alberto. **Análise Financeira das Empresas**. Editora Freitas Bastos – 1ª Edição, Rio de Janeiro, 2008.

MARQUES, Wagner Luiz. **Contabilidade Gerencial a necessidade das empresas**. Editora autores paranaenses – 4ª Edição – Curitiba, Paraná, 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. Editora Atlas – 10ª Edição, São Paulo, 2010.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Terceiro Setor e Gênero: Trajetórias e perspectivas**. Editora Cultura Acadêmica – 1ª Edição, São Paulo, 2005.

PADOVEZE, Clóvis Luis; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das Demonstrações Financeiras**. Editora Gengage Learning -3ª Edição, 2010.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração e Análise das Demonstrações Contábeis**. Editora Atlas – 4ª Edição, São Paulo, 2009.